



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0014278-06.2013.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Sumário - Seguro**  
 Requerente: **Adilson Alves Costa**  
 Requerido: **Porto Seguro Cia de Seguros Gerais**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

Vistos.

O autor Adilson Alves da Costa propôs a presente ação contra a ré Porto Seguro Cia de Seguros Gerais, pedindo indenização por invalidez no valor de R\$ 13.500,00, porque foi vítima de acidente de trânsito.

A ré, em contestação de folhas 19/24, pede a improcedência do pedido, porque não constatado o grau de comprometimento da lesão.

Não houve apresentação de réplica (folhas 43).

Decisão saneadora de folhas 50.

Laudo Médico Legal de folhas 65/71.

Homologação do Laudo Médico Legal de folhas 85, encerrando-se a instrução.

Memoriais do autor às folhas 90/95.

É o relatório. Fundamento e decido.

Após a realização da prova pericial, o autor pede a condenação da ré ao pagamento da indenização do seguro obrigatório no importe de 100%, fazendo jus ao recebimento da indenização por invalidez permanente.

Improcede a tese do autor, porque a prova pericial constatou que o autor possui capacidade laborativa não prejudicada para sua atividade habitual (folhas 69). Constatou,



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**4ª VARA CÍVEL**

**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

também, a prova pericial (folhas 69): “Há dano patrimonial/funcional leve (25% considerando 0 a 100%) e permanente para o membro inferior esquerdo em torno de 17,5% por analogia à Tabela SUSEP que prevê 70% para a perda total da função de um dos membros inferiores. Dano patrimonial compatível com a sequela da fratura (10% de 0 a 100%) e permanente para o joelho direito em torno de 2,5% por analogia à Tabela SUSEP que prevê 25% para anquilose total de um dos joelhos”.

Logo, procede, em parte, o pedido do autor, bem como a anotação feita pela ré às folhas 76, totalizando o valor devido de R\$ 1.648,75, porque 17,5% sobre os 70% estabelecidos na Tabela da SUSEP, 2,5% sobre os 25% .

A correção monetária deverá incidir a contar da data do sinistro. Nesse sentido: “DPVAT - Recurso para afastamento da correção monetária – alegação de ausência de previsão legal – definição de termo inicial – requerimento administrativo ou sinistro – atualização monetária desde a data do evento danoso – Provimento nos moldes da determinação do STJ(Relator(a): Luciano Brunetto Beltran; Comarca: Bilac; Órgão julgador: 1ª Turma Cível; Data do julgamento: 28/09/2015; Data de registro: 30/09/2015)”.

Os juros de mora devem incidir a contar da citação. Nesse sentido: “Civil. Ação de cobrança de diferença da indenização do seguro obrigatório (DPVAT) Sentença de improcedência. Pretensão à reforma. Cabimento parcial. Incidência da correção monetária a partir do evento danoso e não da edição da Medida Provisória n. 340/2006. Tese de direito definida pelo C. Superior Tribunal de Justiça (REsp n. 1.483.620/SC, sob a disciplina do art. 543-C). Juros de mora, porém, que devem incidir a partir da citação, por força do que dispõe a Súmula n. 426 do STJ. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. (Relator(a): Mourão Neto; Comarca: Itapeva; Órgão julgador: 27ª Câmara de Direito



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Privado; Data do julgamento: 29/09/2015; Data de registro: 30/09/2015)”.  
.

Diante do exposto, acolho, em parte, o pedido, resolvendo o mérito, nos termos do artigo 269, I, do CPC, para o fim de condenar a ré a pagar a quantia de R\$ 1.648,75, com atualização monetária desde o sinistro e juros de mora a contar da citação. Ante a sucumbência recíproca, aplico o caput do artigo 21 do CPC, observando-se a gratuidade processual em favor do autor. P.R.I.C.São Carlos, 01 de outubro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**